Este arquivo é protegido por direitos autorais conforme a Lei nº 9.610/1998. A reprodução ou envio não autorizado é crime.

iNFRA

Agência iNFRA

Olá Marcelo
Sexta, 30/07/21 às 9:00 GMT-3
Edição 885

Bom dia, *|FNAME|*
Nesta edição de INFRAEnergia: Aneel pede contribuições à Consulta Pública sobre Contratos de Comercialização de Energia Elétrica; ANEEL; Jurídico Nacional de Energia Elétrica; e mais

ANALISE: EMAL ANUNCIA EM COMERCIALIZADORES IMPÕE REFLEXÃO SOBRE GARANTIAS

Associação Brasileira de Comercializadoras (ABCE) e **Associação Brasileira dos Grandes Consumidores de Energia e de Serviços** (Abrace) se posicionaram contra a proposta da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) de criar um produto específico para o setor de energia. Trata-se de um **seguro** que, na prática, funciona como um contrato de futuros, mas que as empresas podem, voluntariamente, aprisionar determinados ativos/valores a garantias e caso pode que a Nova Ser Valores dê um total a ser não tem dívida de fato.

Na avaliação das associações, a proposta da CCEE pode gerar um efeito colateral indesejável: ao tornar mais fácil o acesso a garantias, ela pode acabar incentivando o mercado a assumir mais riscos do que seria racional. Isso ocorre porque, quando as empresas conseguem transferir parte do risco para um terceiro, elas podem se sentir mais confortáveis em operar com margens mais apertadas ou em ativos de maior volatilidade, sem que o custo financeiro por trás disso esteja refletido de forma clara no preço final da energia.

Na visão das associações, o problema não está na ideia de se oferecer um produto específico para o setor elétrico, mas sim na forma como ele foi apresentado. Elas não apenas contestaram, mas também propuseram alterações na proposta, sugerindo que a CCEE reavalie o desenho do produto antes de seguir adiante com a implementação.

Entre as principais ressalvas, elas apontaram que o produto pode gerar um efeito colateral indesejável: ao tornar mais fácil o acesso a garantias, ele